



O SILENCIAMENTO DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL E NO RECIFE

Isabella Nara Costa Alves¹

Faculdade dos Guararapes, isabella.athos@live.com

RESUMO

Este trabalho tem como escopo uma pesquisa qualitativa, através de um levantamento bibliográfico, acerca do conservadorismo da direita e extrema-direita política presente no âmbito legislativo do Brasil e de Recife que barram e vetam programas, documentos e leis que visam a discussão de gênero e sexualidade nas escolas, sobretudo no contexto político atual, em que um golpe parlamentar foi introjetado no Brasil desde o ano passado. Na introdução, apresento recortes históricos, sociais e políticos que fundamentam os estudos de gênero e sexualidade no âmbito educacional, evidenciando documentos, teóricos e teóricas que norteiam e legalizam sua importância. Como caminho metodológico, apresento uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, tendo como fonte primária autores e autoras que discutam as relações entre gênero, sexualidade, educação e política. Posteriormente, apresento os resultados, em que são investigados (as) e examinados (as) grupos organizados e legisladores (as) responsáveis pelo silenciamento das temáticas de gênero e sexualidade nos documentos de educação no macro (Brasil) e no micro contexto (Recife), identificando suas estratégias e atitudes acerca da temática. Nas discussões, evidencio o caráter discriminatório da direita e extrema-direita do Brasil e de Recife, que resultam na violência no machismo e LGBTfobia dentro e fora das escolas, forças essas que fomentaram o golpe político no Brasil. Como conclusão, considero esses/as parlamentares enquanto responsáveis pela disseminação simbólica das relações de dominação e exploração das mulheres, do público LGBT e outros grupos marginalizados e evidencio a importância da escola de transgredir essas normas, com a finalidade de promover o respeito, a solidariedade e uma cultura de paz.

Palavras-chave: Conservadorismo, sexualidade, diversidade, educação.

1. Introdução

“Temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferiorize, e o direito de ser diferente sempre que a igualdade nos descaracterize” (Boaventura de Sousa Santos)

Estamos vivendo um momento de retrocesso político e econômico em nosso país, fomentado pelo golpe do Governo Temer (2016), que teve e ainda tem como premissa o ataque aos direitos trabalhistas, previdenciários, das mulheres, do movimento negro, da população rural e de outros grupos, objetivando mais privilégios à elite brasileira. O governo atual tem como aliado um

¹ Graduanda da Faculdade dos Guararapes, Jaboatão dos Guararapes – PE e Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde - GEPERGES, Recife – PE. Endereço eletrônico: isabella.athos@live.com.



Congresso Nacional em sua maioria conservador e moralista da direita e extrema-direita, que barra de forma deliberada e acelerada as conquistas dos movimentos sociais, fundamentando também um golpe na educação, que já estava em crise, influenciando âmbitos federais, estaduais e municipais, inclusive em Recife.

Um dos principais ataques desses reacionários são as políticas públicas e educacionais referentes às temáticas de gênero e sexualidade, resultando no aumento das desigualdades sociais de mulheres, público LGBT, entre outros grupos marginalizados. Este artigo tem como objetivo analisar esse cenário, sobretudo em Recife, que vetam/barram projetos que visam a discussão dessas temáticas nas escolas.

O conceito de gênero é amplamente difundido, apesar de sua complexidade, como categoria social e cultural que pensa e discute a (re) construção das feminilidades e masculinidades nos seres humanos. Sua categoria foi apropriada pelo movimento feminista, em especial na segunda e terceira “onda” (ou seja, os levantes/motins promovidos pelas mulheres) correspondendo ao propósito de colocar em xeque as diferenças entre os sexos no interior das agendas políticas e acadêmicas, retirando o essencialismo biológico de forma a abranger a produção cultural, social, histórica e política (CAETANO, 2016).

O termo gênero surge na proposta de problematizar as produções culturais de “ser mulher” e de “ser homem”, com a finalidade de desestabilizar convicções secularmente naturalizadas e socialmente hegemônicas, que resultam nas desigualdades, como o sexismo², machismo³ e a misoginia⁴, baseando-se no modelo de mulher “bela, recatada e do lar”, e no padrão de masculinidade viril, agressiva e detentora de poder.

Enquanto gênero se configura na “performatividade”⁵ do sujeito - termo cunhado por Butler (2015) - a sexualidade é entendida como relacionamento humano. Também ultrapassando o caráter biológico, a sexualidade é definida por Bonfim (2012) como uma dimensão humana que envolve nosso corpo, nossa história e nossa cultura, atravessando dimensões éticas e estéticas. É importante diferenciar do conceito de genitalidade, uma vez que a sexualidade consiste em uma experiência de corpo todo.

² Sexismo é o tipo de preconceito que tem como base o sexo da pessoa (FURLANI, 2011).

³ Machismo é a ideia de que os homens são superiores às mulheres (FURLANI, 2011).

⁴ Misoginia é o ódio, aversão ou horror em relação ao que vem das mulheres e/ou do feminino (FURLANI, 2011).

⁵ Butler (2015) nos propõe ao conceito de performatividade, criticando radicalmente a noção de identidade. Para ela, se as identidades são migratórias e mutáveis, então ela se torna uma fantasia, resultando assim a “performance” do sujeito.



O termo sexualidade foi amplamente discutido pelo movimento LGBT, visando a pluralidade de expressões e práticas: “as sexualidades” (TORRES, 2010). Os *gay and lesbians studies* uniram forças com os demais movimentos sociais, como o movimento negro e o feminismo, tendo como ápice o tumulto ocorrido em 1969, no bar Stonewall, na cidade de Nova York, que ficou conhecido como o primeiro movimento em defesa do público LGBT (SANTOS, 2016).

Dentro do contexto acadêmico dos *gay and lesbians studies*, nasce a teoria *queer*, no início da década de 90, caracterizada como grande marco na desconstrução da família mononuclear burguesa e nos binarismos culturalmente construídos.

Os estudos *queer* têm, portanto, um vínculo forte com a descentralização da heterossexualidade e a despatologização das sexualidades, trazendo para o campo de gênero necessariamente as perspectivas do movimento LGBT (com suas múltiplas possibilidades LGBTTTTIQA... na chamada “sopa de letrinhas” e as temáticas da orientação sexual (DESLANDES, 2015, p. 26).

Os estudos de gênero e sexualidade tem como propósito problematizar e diminuir a violência, exclusão e discriminação contra as mulheres e contra o público LGBT. O Brasil ocupa - vergonhosamente - a primeira posição em assassinatos de homossexuais e transgêneros, também com altíssimos índices de feminicídio, chegando a 13 mulheres mortas por dia no país, sendo o Brasil o 7º entre 84 países (ROSENO, 2016; HERNANDES, 2016).

Diante deste cenário de crueldade e quebra de direitos substancialmente humanos, se faz necessário (re)pensar sobre o papel da educação escolar no debate das temáticas de gênero e sexualidade em nosso país, uma vez que a escola se configura enquanto espaço privilegiado para a desconstrução de preconceitos e discriminações, tendo “por obrigação legal, moral e ética somar esforços no combate às desigualdades” (ROSENO, 2016, p. 235). Contudo, pela falta de políticas públicas e educacionais e formação especializada de docentes em gênero e sexualidade, esses grupos são marginalizados, ocorreram agressões e evasão escolar.

Conforme Torres (2010) e Deslandes (2014), as temáticas de gênero e sexualidade nas escolas sustentam-se a partir da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do princípio do Estado e escola laicos, a Declaração de Direitos Humanos, os Princípios de Yogyakarta (documento encaminhado à Organização das Nações Unidas por ativistas e estudiosos/as que definem a identidade de gênero e identidade de gênero como direitos de cidadania), na Declaração de Salamanca (documento que oferece subsídios à educação inclusiva), nos temas transversais de Orientação Sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais, no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), além de



especialistas da educação que pensam na escola como um local que, tendo como proposta o respeito às diferenças, (re)significa a dignidade humana, com a finalidade de emancipar os sujeitos, instrumentalizando-os a atingir uma cidadania ativa.

2. Metodologia

A partir de um breve histórico dos estudos de sexualidade e de gênero e do contexto político e educacional atual, podemos perceber que, para entender o cenário governamental de Recife, é preciso compreender como o nível macro conservador que o Brasil vive, possibilitando uma visão abrangente de como o aparelho repressivo a pluralidade de gênero e sexualidade forma suas concepções. Portanto, este trabalho visa expor essas relações de poder, revelando a necessidade de outros artigos que abrangem novas reflexões e explorem outras pautas.

O método quanto a abordagem de investigação da problemática é qualitativo, apresentando uma análise bibliográfica, possibilitando três etapas, propostos por Gil (2008): redução (processo de seleção de dados), apresentação (organização dos dados selecionados) e conclusão (resultados finais). A fonte primária para a coleta de dados são autores/as que discutam e apresentem a direita e a extrema-direita na política brasileira e sua retórica quanto as políticas de gênero, sexualidade e educação, como Löwy (2016), Deslandes (2015) e Hernandez (2016).

É importante ressaltar que apresento uma noção de política e educação conforme os ensinamentos dos teóricos/as pós-estruturalistas, que segundo Furlani (2011), criticam o sujeito universal, representado como homem, branco, cristão, ocidental, heterossexual, cisgênero e burguês, detentor de poder e dos privilégios sociais e culturais.

3. Resultados

O golpe de Estado militar de 1964 e o golpe de Estado de 2016 - que notoriamente partilham um ódio à democracia - foram movimentados por parlamentares reacionários e evidentes corruptos que derrubaram um governo democraticamente eleito. O principal grupo desse acordo da direita política, conforme o sociólogo Michael Löwy (2016), é o conjunto de legisladores de vários partidos conhecido como “bancada BBB”: da “Bala” (parlamentares conectados à Polícia Militar, às milícias privadas e aos esquadrões da morte), do “Boi” (grandes possuintes de terra, produtores de gado) e da “Bíblia” (fundamentalistas religiosos-radicais). Na votação da abertura no processo de impeachment, esses parlamentares dedicaram sua posição a favor evidenciando que estavam em nome “de Deus e da família”. Nota-se a facilidade de abrangência deste tipo de bancada tanto em



âmbito nacional, quanto estadual e municipal, incluindo a realidade de Recife e zona metropolitana.

Em âmbito nacional, temos como principais figuras reacionárias da extrema-direita os deputados federais Hidekazu Takayama⁶ (PSC-PR), Eros Biondini (PROS-MG), Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), Erivelton Santana (PEN-BA), Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), Jair Bolsonaro (PSC-RJ), entre outros da chamada “bancada evangélica”⁷, grupo conservador responsável por aprovar, por exemplo, o Estatuto da Família (que constitui como modelo familiar o padrão homem-mulher-filhos) e a exclusão dos termos gênero e sexualidade do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, que permanecerá até 2024. Vale ressaltar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Governo Temer em 2017, também excluiu os termos, novamente por pressão da bancada evangélica conservadora e moralista (ALVES *et al*, 2016; DESLANDES, 2015).

Conforme nos ensina Deslandes (2015), estes mesmos políticos conservadores foram responsáveis por barrar, em 2011, o Projeto Escola sem Homofobia, material pedagógico de combate à LGBTfobia nas escolas. A bancada evangélica apelidou o programa de “kit gay”, pressionando a presidenta Dilma Rousseff ao veto do material, que consumiu cerca de dois milhões de reais. Jair Bolsonaro, deputado federal ultraconservador, acusou o projeto de fazer “apologia ao homossexualismo e à promiscuidade”.

Jair Bolsonaro, por sua vez, foi reeleito em 2014, para o seu sétimo mandato consecutivo, desde o ano de 1991, na Câmara Federal. “Detalhe” importante de sua vitória: recebeu 464.565 votos, tendo sido consagrado como o mais bem votado deputado do estado do Rio de Janeiro naquela eleição. E, ainda, passou a ocupar o cargo de titular da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), na legislatura 2015-2019. E a bancada evangélica igualmente se revigorou, elegendo diversos candidatos para a legislatura 2015-2019 e multiplicando os ataques contra a adoção da “ideologia de gênero” na escola [...] (DESLANDES, 2015, p.51).

No que se refere ao golpe de 2016, Jair Bolsonaro (PSC-RJ) foi um dos mais entusiasmados na saída de Dilma, dedicando seu voto na Câmara dos Deputados na abertura do processo de impeachment ao notório torturador, oficial do regime militar Coronel Brilhante Ustra. Vale ressaltar

⁶ Presidente da bancada evangélica desde abril de 2017, o deputado anunciou que a prioridade da bancada é defender os preceitos cristãos e a família tradicional, com um Projeto de Lei que visa suspender o decreto sancionado por Dilma Rousseff que possibilitou o uso do nome social pela comunidade transgênero (FERNANDES, 2017).

⁷ Um outro nome, que apesar de não ter mandato parlamentar, mas que é um grande entusiasta dessa bancada é Silas Malafaia, pastor e líder da Igreja Vitória em Cristo, em São Paulo. Em maio deste ano, Malafaia propôs um boicote à Disney por exibir um desenho com um beijo entre dois rapazes (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2017).



que Dilma Rousseff foi uma das vítimas do Coronel Ustra nos anos 70, época que ela era militante da resistência armada. É importantíssimo lembrar que a extrema-direita se aproveitou do atual caos político para apresentar Jair Bolsonaro como um sério candidato à Presidência da República, que também recebe boa parte dos votos da classe média conservadora que antes votaram em Aécio Neves (este implicado na Lava-Jato e acusado de crimes de corrupção). Caso isso aconteça, o pouco que nos resta de esperança irá desaparecer por completo (LÖWY, 2016).

Conforme Deslandes (2015), o deputado federal Eros Biondini assina o Projeto de Lei 2.731/2015, que prevê a proibição de qualquer debate de gênero e sexualidade nas escolas - acarretando, em caso de descumprimento, na perda do cargo ou do emprego docente - e também o Projeto de Lei 477/2015, propondo que, na Lei Maria da Penha, que coíbe violência contra a mulher, o termo “gênero” seja modificado por “sexo”. Já o deputado Pastor Marco Feliciano foi autor e/ou coautor de pelo menos oito documentos que preveem a criminalização de iniciativas relacionadas à “ideologia de gênero”.

Nesse cenário, ganham força os projetos e discursos de grupos nacionais e internacionais identificados como Pró-Vida e Pró-Família. Trata-se de grupos formados por pessoas da sociedade civil, de diversos segmentos profissionais e classes sociais e, majoritariamente, cristãos. Lutam, principalmente, contra a descriminalização do aborto e declaram-se a favor da vida e da instituição família (heteronormativa). [...] os movimentos repetem e afirmam que Deus teria criado homem e mulher e não sujeitos trans, por exemplo. Sendo assim, qualquer política pública e/ou direitos sociais e civis para esses públicos seria uma afronta à ordem social estabelecida (HERNANDES, 2016, p. 31 e 32).

No que se refere ao âmbito estadual e municipal (levando em consideração Recife e região metropolitana), temos como principais expoentes conservadores o pastor da Assembleia de Deus Cleiton Collins (PP) e sua mulher, a vereadora missionária Michele Collins (PP), sendo os dois os mais votados em sua câmara (ele na estadual e ela na municipal). A bancada evangélica de Recife, criada em 2015, formada por sete deputados, tanto da base aliada ao Governador Paulo Câmara (PSB) como da oposição, unidos pela “defesa da família” (AMARAL, 2015). Sobre a entrada do pastor Cleiton Collins na Câmara dos Deputados:

O parlamentar não escondia a satisfação antes de entrar no Parlamento antes de entrar no plenário da Casa no dia em que os deputados rejeitaram a criação da Frente GLBT, de autoria do deputado Edilson Silva (PSOL). A expressão sapeca do político e religioso, que foi um dos primeiros a chegar, escondia uma articulação nos bastidores para barrar a proposta (AMARAL, 2015, p. 1)



Como parlamentares moralistas e conservadores, Cleiton e Michele Collins⁸ dizem ser a favor da preservação dos “valores do passado”. Encabeçam projetos de lei que visam a proibição de festas *open bar* e *raves*, assim como o consumo de bebidas alcoólicas em estádios de Pernambuco. Michele Collins reitera a cada sessão plenária que defende “valores da família tradicional”, chegando a falar: “Defendo os princípios bíblicos e da civilização humana, porque desde o Mundo é Mundo que o homem só pode procriar com mulher e mulher com homem”, “Homem com homem e mulher com mulher não é família. É uma invenção que fizeram agora e querem que a gente estimule, aceite, ache bonito. É muita modernidade. Eu prefiro ser chamada de medieval e garantir os ‘bons costumes’ e o progresso da família” e “o fato de uma mulher estar aqui na tribuna não muda o fato de ela ser submissa ao marido. Também está errada a mulher que, após conquistar seu direito e seu espaço, ela deixa de ser submissa ao homem. O homem está sim acima da mulher” (SOARES, 2013).

A parlamentar, notoriamente, parece desconhecer a luta das mulheres na história da humanidade contra os processos misóginos e repressivos, reproduzindo o tipo de violência que ela mesma é atingida, a violência simbólica. Isso explica porque ela reproduz o machismo em que ela é subjugada (BOURDIEU, 2012). Nota-se que Michele Collins ignora que, para ela ocupar o cargo em que está atualmente, milhares de mulheres tiveram que morrer no passado para ela ter o direito de votar e ser votada, fruto da luta feminista e não da obra de Deus.

Sobre a realização de uma grande evento LGBT em Recife, o Annual Global da International Gay and Lesbian Travel Association (IGLTA), Michele Collins frisou: “O que se vê de bom nas cidades que já receberam essa convenção, como Amsterdã? Vamos transformar Recife em uma capital homossexual? Esse evento não tem nada de intelectual”. A vereadora integra atualmente, de forma paradoxal, a presidência da Comissão de Direitos Humanos da câmara como interina (CANTARELLI, 2013).

Além dos Collins, conforme Amaral (2015) outros parlamentares foram escolhidos como representantes religiosos, como o Bispo Ossésio Silva (PRB, da Igreja Universal do Reino de Deus) e o presbítero Adalto Santos (PSB, da Assembleia de Deus), conhecidos por pautas conservadoras, como a criminalização do aborto e a abominação ao casamento homossexual. Também fazem parte da bancada evangélica de Pernambuco o político André Ferreira (PMDB, membro da Assembleia de Deus), Odacy Amorim (PT, membro da igreja adventista), Professor Lupércio

⁸ Vale ressaltar que os Collins utilizam nomes sociais, mas repudiam o decreto de Dilma que possibilita o uso do nome social por pessoas transgêneros (MIRANDA, 2016).



(SOLIDARIEDADE, membro da Assembleia de Deus) e Soldado Joel da Harpa (PROS, ligado à Igreja Batista). No que se refere ao âmbito educacional, esses políticos desejam proibir o debate de gênero e sexualidade nas escolas.

4. Discussão

Podemos perceber que, em reação à agenda política dos movimentos sociais, como o movimento feminista, LGBT, entre outros, os grupos conservadores e de extrema-direita sentem-se no direito de expor em público suas concepções segregadoras e antidemocráticas, tanto em âmbito nacional, quanto estadual e municipal. Eles usam do discurso religioso para legitimar suas escolhas políticas. A “presença do ideário de extrema-direita coloca-se como desafio ético-político fundamental àqueles que recusam o irracionalismo, os discursos e práticas racistas, xenofóbicas, homofóbicas, sexistas e opressoras” (SILVA et al, 2014, p. 409).

Os recortes não dão conta da amplitude desta realidade, nem em escala nacional, nem na estadual ou municipal, mas proporcionou a visibilidade dessas práticas fundamentalistas e antidemocráticas e o quanto elas impossibilitam a emancipação dos sujeitos subjugados pelo gênero e pela sexualidade. Portanto são extremamente perigosas. Baptista (1999) nos ensina que essas pessoas são “os amoladores de faca”, que justificam seus preconceitos genocidas como “pontos de vista”.

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. (BAPTISTA, 1999, p. 46).

Nota-se, majoritariamente, conforme Hernandes (2016), os termos “homossexualismo” e “ideologia de gênero” presentes no discurso desses parlamentares conservadores. O sufixo “ismo” para se referir às práticas homossexuais reforça o caráter patologizador dado pelo discurso jurídico e médico ainda presente em nossa sociedade. Já o termo “ideologia de gênero” tornou-se popular na elaboração do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e, posteriormente, nos planos estaduais e municipais. Evidentemente, a expressão não possui qualquer vínculo com os estudos de gênero, mas trata-se de uma forma pejorativa na tentativa de desqualificar os/as que defendem o debate de gênero e sexualidade nas escolas, apresentando-os/as como doutrinadores/as e/ou portadores/as de um discurso contra humano e destruidor de famílias.



5. Conclusões

A escola é, conforme nos ensina Saviani (2005) primordialmente, aparelho ideológico do Estado. É dentro dela que se constituem os sujeitos, sobretudo no que se refere à educação formal e, por esse motivo, ela é território peculiar das relações de poder. Pensar em gênero, sexualidade e educação é atrever-se a adentrar o núcleo dos jogos políticos, tanto do ideário opressor, conservador e moralista, tanto dos movimentos sociais e os movimentos pela educação.

Segundo o pensamento marxista, o poder político é aquele que oprime uma classe e favorece outra, sendo uma complexidade de relações de poder em torno de interesses e necessidades singulares. A direita se estabelece em um campo opressivo, vinculada às vantagens da dominação das riquezas sociais, reproduzindo a ordem do capital. Já a extrema-direita, ideário debruçado neste artigo, notadamente, está associada às tragédias do nazi fascismo, defesa de valores tradicionais, intolerância à diversidade - cultural, racial, étnica, sexual - ao machismo e violência, sobretudo por se considerar uma comunidade/raça superior, organizadas em partidos e associações (SILVA *et al*, 2014).

É importante ressaltar o que Chauí (2016) nos ensina: esses/as parlamentares foram fomentados/as a partir dos pensamentos e interesses da classe média. Prova disso foi a participação intensa desta camada nos movimentos pró-impeachment de 2014 a 2016, dizendo-se contra a corrupção. Conforme a autora, o sonho dessa classe é fazer parte da parte dominante e seu pesadelo é tornar-se proletária: portanto, defende uma ordem ideologicamente reacionária e conservadora, assegurando a hegemonia da classe dominante.

A caça às bruxas no período da inquisição da Idade Média e os regimes nazifascistas ficaram conhecidos na história da humanidade como momentos de crueldade e barbárie, sendo compreendidos como processo irrepetíveis. No entanto, podemos perceber que ainda hoje seu discurso não foi ultrapassado diante do caos político e da crise de valores brasileira e mundial, em que suas práticas e matizes ainda podem ser percebidos em nossa realidade.

Prova disso são as discursividades dos/as parlamentares analisados/as neste trabalho, uma vez que passamos por um momento de golpe político promovido por essas mesmas forças, que foram as mesmas à induzir a Ditadura Militar em 1964. Percebemos ainda hoje uma “caça às bruxas”, em especial às mulheres (sobretudo negras, pobres e nordestinas) e às “sexualidades desviantes”, como gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, entre outras. Desta forma, é necessária uma ruptura da hegemonia, e a educação tem um papel fundamental neste processo.



Um sociedade mais igualitária e uma educação para o respeito às diferenças só será alcançada a partir de um cenário democrático. Portanto, se torna imprescindível a construção de um Brasil que elege seus/suas próprios/as governantes, o que significa a reconstrução da democracia. A escola precisa deixar de ser um espaço ambíguo, presa à ideologia dominante, para finalmente se opor à tirania e criticar essas estruturas tradicionais, que tomarão corpo na instrução de crianças, adolescentes e pessoas adultas.

6. Referências

ALVES, Isabella Nara Costa. MARQUES, Bianca Silveira. MORAIS, Edinilza Maria de Oliveira Silva. MORAIS, Jennyfer Paloma de Oliveira Morais. OLIVEIRA, Dayse Rodrigues de. **A inclusão do modelo de família homoafetivo nos livros didáticos.** Anais II Cintedi - Congresso Internacional de Educação Inclusiva. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA9_ID1475_13102016110707.pdf>. Acesso em: 28 maio 2017.

AMARAL, Tércio. **Quem são e o que pensam os deputados da bancada evangélica de Pernambuco.** Diário de Pernambuco. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/03/20/interna_politica,567284/quem-sao-e-o-que-pensam-os-deputados-da-bancada-evangelica-de-pernambuco.shtml>. Acesso em: 27 maio 2017.

BBC BRASIL. **O estupro coletivo que chocou Índia e mudou a lei.** Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36400156>>. Acesso em: 1 junho 2017.

BONFIM, Cláudia. **Desnudando a educação sexual.** Campinas, SP: Papirus, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 2012. 11 ed.. Rio de Janeiro. 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 8ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAETANO, Márcio. **Performatividades reguladas: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação.** Curitiba: Appris, 2016.

CANTARELLI, Andrea. **Michele Collins critica evento homossexual em Recife.** Diário de Pernambuco. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/10/08/interna_politica,466783/michele-collins-critica-evento-homossexual-em-recife.shtml>. Acesso em: 27 maio 2017.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Silas Malafaia propõe boicote a Disney por beijo gay.** 2017. Disponível em:



- <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2017/03/02/internas_viver,691880/silas-malafaia-propoe-boicote-a-disney-por-beijo-gay.shtml>. Acesso em: 2 junho 2017.
- FERNANDES, Marcella. **‘Homem não foi feito para atividades de casa’, diz presidente da bancada evangélica.** Huffpost Brasil. 2017. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2017/06/16/homem-nao-foi-feito-para-atividades-de-casa-diz-presidente-da_a_22140743/?ncid=fcblklnkbrhpmg00000004>. Acesso em: 20 junho 2017.
- FURLANI, Jimena. **Educação sexual em sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- GIL. Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 2 junho 2017.
- HERNANDES, Margareth da Silva. **O silenciamento da discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas: a inconstitucionalidade da omissão.** TCC - Especialização. Universidade de Santa Catarina. Centro de Filosofia de Ciências Humanas. Gênero e Diversidade na escola. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/173782>>. Acesso em: 26 maio 2017.
- CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. *In: Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil.* 1. ed.. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MIRANDA, Amanda. **Michele Collins diz que é uma mulher à frente de seu tempo e já pensa em 2018.** Blog de Jamildo. 2016. Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2016/10/04/michele-collins-diz-que-e-uma-mulher-frente-do-seu-tempo-e-ja-pensa-em-2018/>>. Acesso em: 20 junho 2017.
- SANTOS, Adriana Lohanna dos. Diversidade sexual x educação: uma análise sobre a diversidade sexual, discriminação e preconceito contra os LGBTs no espaço escolar. *In: Gênero, educação e inclusão.* Anais XIX REDOR. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/ebook_redor/trabalhos/gt01.pdf>. Acesso em: 27 maio 2017.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** 2005. Cortez Editora. 4 ed.. Disponível em: <<https://gepelufs1.files.wordpress.com/2011/05/escola-e-democracia-dermeval-saviani.pdf>>. Acesso em: 24 de maio de 2017.
- SILVA, Adriana Brito da. BRITES, Cristina Maria. OLIVEIRA, Eliane de Cássia Rosa. BORRI, Giovanna Teixeira. **A extrema-direita na atualidade.** São Paulo. 2014. Disponível



em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000300002>. Acesso em 28 maio 2017.

SOARES, Luis. **Vereadora crítica homossexuais e defende submissão da mulher**. Pragmatismo político. 2013. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/06/vereadora-critica-homossexuais-e-defende-submissao-da-mulher.html>>. Acesso em 28 maio 2017.

ROSENO, Camila dos Passos. O conservadorismo na educação: porque não falar sobre gênero? In: **Gênero, educação e inclusão**. Anais XIX REDOR. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/ebook_redor/trabalhos/gt01.pdf>. Acesso em: 27 maio 2017.

TORRES, Marco Antônio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora : UFOP, 2010.